

PT organiza a militância para a Marcha dos 100 mil a Brasília

A Marcha dos 100 mil a Brasília e a coleta de assinaturas para enquadramento de Fernando Henrique Cardoso por crime de responsabilidade e a instalação da CPI da Telebrás são as principais atividades de mobilização neste momento. O empenho de cada militante do PT é fundamental para darmos um basta à política neoliberal do governo, um basta a FHC.

No próximo dia 26 de agosto temos um encontro marcado em Brasília. Seremos 100 mil pessoas. Anote na agenda, coloque papel na porta da geladeira, avise os vizinhos, envie e-mails para os amigos. Enfim, use sua imaginação, canalize a sua indignação.

O próximo dia 26 de agosto é a data da **Marcha dos 100 mil a Brasília**. A mobilização para a marcha e a coleta de assinaturas para exigir o enquadramento do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por crime de responsabilidade ao favorecer um determinado consórcio na privatização da Telebrás e a instalação da CPI mista (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar irregularidades no leilão das companhias telefônicas, são instrumentos importantes contra os ataques às liberdades democráticas e atentado à Constituição Federal desse governo.

E, em cada Estado, em cada município do país, temos que organizar atividades de massa, colher as assinaturas para os abaixo-assinados e, principalmente, transformar cada ato num momento privilegiado para se dialogar com a sociedade, para desmascarar a política de Fernando Henrique, que desemprega e exclui a maioria da população.

O Brasil está sem rumo. Durante a coleta de assinaturas, devemos promover debates e palestras para denunciar a política econômica do governo FHC. Mostrar que o dinheiro público – dos trabalhadores – está sendo transferido para empresas privadas e que os leilões das empresas nacionais, as privatizações, estão causando o desmantelamento do patrimônio público.

Temos um governo que privilegia os bancos e o capital financeiro e realiza cortes nos gastos sociais.

Fecha acordos com o FMI e aumenta criminosamente a dívida externa brasileira. A mobilização neste momento é fundamental para barrarmos o sucateamento do país imposto por Fernando Henrique.

No entanto, devemos ainda ir mais longe, debater com a população um projeto alternativo ao neoliberal. O nosso projeto democrático e

popular, que constrói políticas públicas para uma educação de qualidade, que atenta para os problemas da saúde pública, garantindo atendimento digno. As nossas prefeituras e governos atestam isso. O nosso modelo de desenvolvimento não é pautado pela exclusão, pelo desemprego.

A sociedade está indignada com a seqüência de escândalos e desmandos e

o PT, aliado a outros partidos de oposição, é um instrumento de combate e confronto ao modelo neoliberal. Precisamos ter clareza disso e entender qual o nosso papel neste momento, pois, diante de uma crise institucional personagens de uma política subterrânea, pautada por golpes à democracia, começam a entrar em cena.

Foto: Alexandre Machado



Pesquisa aponta PT como partido que tem melhores propostas

Os resultados de pesquisa, realizada pelo Ibope a partir da opinião de 2 mil eleitores, no último dia 11 de junho, revelaram que o PT é o partido que mais luta pelos pobres, que tem mais preocupação com o futuro do país, que adota as posições mais firmes, que tem as melhores idéias para resolver os problemas do Brasil e é o mais confiável.

Dentre os entrevistados, 37% acham que o PT é o que mais luta

pelos pobres. No combate ao governo federal, o PT é o mais destacado: 46% opinaram que o Partido é o que mais atrapalha FHC. Para 23%, o PT tem mais preocupação com o futuro do país do que as outras siglas. As melhores idéias para resolver os problemas do Brasil são do PT, acreditam 22% dos eleitores. Posições mais firmes do que os outros partidos é atribuído apontado por 20% dos

pesquisados. 18% atestam que PT e PMDB são os partidos mais confiáveis.

Um dos dados mais expressivos foi a resposta à pergunta "Qual é o que mais luta por pessoas como o (a) sr.(a)?:": 31% indicaram o PT. Como mais simpático, o PT ficou em segundo lugar (13%), atrás do PMDB (14%). O PT foi considerado antipático por 27% dos eleitores, enquanto 20% entendem que é o mais atrasado.

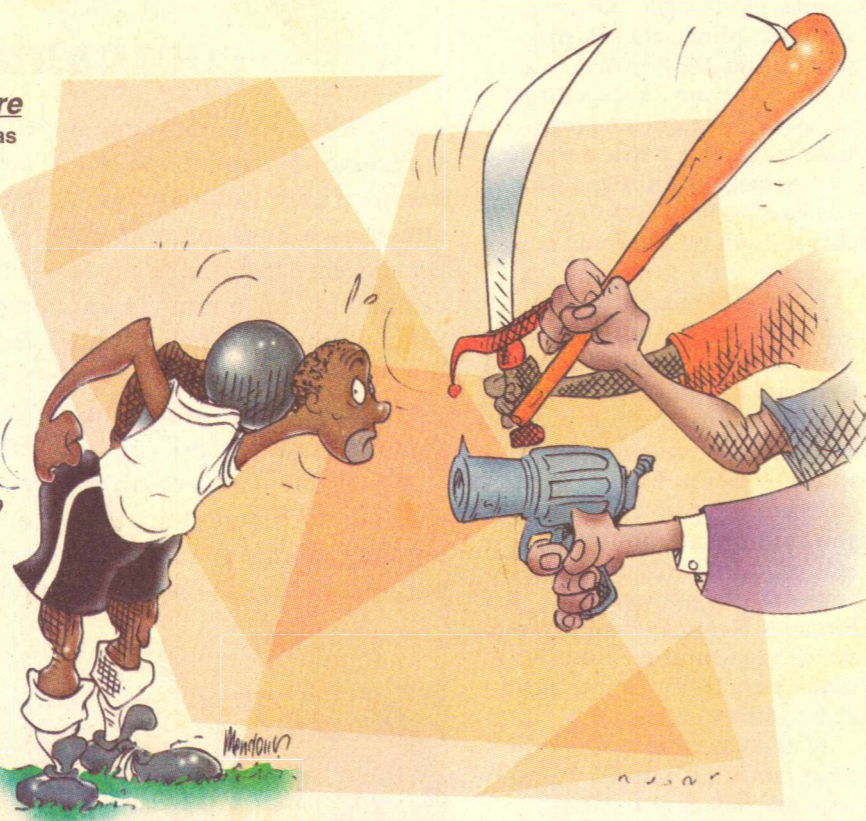
CRÔNICA

Edilson nota dez

Alípio Freire
especial para o PTnotícias

Foi assim mesmo: o Corinthians fez seu segundo gol e empatou contra o Palmeiras. Belo gol naquele domingo de chuva. Depois, a bola ficou ali com o Edilson, sozinho, sem marcação, campeonato decidido, ganho. O estádio lotado. Edilson estava contente. De bem com o mundo. Tava feliz mesmo. A bola aos seus pés, e o adversário não aparecia. Então fez aquela embaixada bonita. Uma dança, um solo. Uma fração de silêncio: estupefação geral. Em seguida, desmedida violência: primeiramente, gritos. Urros. Na continuidade, três jogadores adversários desencadeando uma fúria irracional contra o jovem. Todos jovens. Edilson merecia nota dez e quase foi linchado.

Ato contínuo, o rádio informa que o delegado torturador João Batista Campelo pediu demissão da direção da Polícia Federal. Para além das provas, o Campelo tem aquela cara



que não engana. (Há tipos que são assim – já repararam o Cacciolla e o técnico da seleção?) Imediatamente pensei nos familiares de mortos e desaparecidos, nas entidades de direitos humanos e grupos Tortura Nunca Mais. Particularmente lembrei dos amigos Nilmário Miranda, Suzana Lisboa, Ítalo Cardoso, Cecília Coimbra, Fernanda Coelho, Renato Simões, Amparo, Amelinha, Zilah e tantos outros. Pensei em colocar uniforme, chuteiras, pegar a

bola, descer no gramado de um grande estádio e repetir aquela embaixada do Edilson. Dedicaria o solo a todos eles – especialmente ao Perly Cipriano.

Parei, imaginando a reação dos nossos vanderleis luxemburgos ...

Nota dez para os companheiros.

Editor da Revista Sem Terra e do Conselho de Redação da revista Teoria & Debate

Este é o modelo do abaixo-assinado para exigir o enquadramento do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por crime de responsabilidade ao favorecer um dos consórcios no processo de privatização das empresas telefônicas e garantir a instalação da CPI da Telebrás. Na página 4 do PTnotícias você encontra o formulário que pode ser utilizado e reproduzido para a coleta de assinaturas.

Representação por crime de responsabilidade do presidente da República

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

Os cidadãos brasileiros abaixo-assinados denunciaram, com base na Constituição Federal e no art. 14 da Lei nº 1.079/50, o Presidente da República Sr. Fernando Henrique Cardoso por crime de responsabilidade caracterizado pela prática de atos atentatórios à probidade administrativa relacionados à condução do processo de privatização da Telebrás e ao favorecimento de instituições financeiras privadas. Exigimos e apoiamos a instalação da CPI destinada a investigar o processo de privatização da Telebrás.

NOME	Junho de 1999	RG	ASSINATURA

E mais...

Fórum Nacional de Luta por Sandra Cabral

Reforma do Judiciário e máfia da propina em São Paulo

Marta Suplicy fala da TV que a gente quer

RECADADO

Fatos e fotos



Jorge Mariano

desmascarado pelo ex-padre Monteiro na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, onde a ausência dos líderes do PSDB foi vergonhosa. O governo não teve coragem de demiti-lo, ele renunciou.

A verdade, ou seja, o fato é que a PF e Abin (Agência Brasileira de Informação, leia-se novo SNI) se grampearam mutuamente, praticaram chantagem contra o governo. No governo e na Casa Militar (leia-se Exército), que não perdoa a PF por ter associado com o DEA (leia-se CIA) no combate ao narcotráfico no Brasil, fala-se em por fim a PF, que, por sua vez, usa as informações dos inquiridos dos grampos para manter seu poder, bastante diminuído com a criação da Secretaria de Combate ao Narcotráfico (Senad), da Abin e da transferência do combate ao contrabando para a Receita Federal.

A outra foto teve como protagonista o já famoso ACM, que primeiro criou uma falsa crise com o presidente da Câmara, Michel Temer, em torno da Reforma do Judiciário e depois bateu de frente, literalmente, com

o Supremo Tribunal Federal, os fatos são estes: ACM não aceita a posição de Temer de fazer mudanças no relatório do deputado Aloiso Nunes sobre a Reforma do Judiciário e não tolera a decisão do STF de limitar os poderes das CPIs.

A foto é outra. ACM está numa sinuca de bico, a CPI do Judiciário chegou no seu aliado Luis Estevão, senador do PMDB de Brasília, e tem evidências de suas ligações com o ex-secretário do Presidente, Eduardo Jorge, ou seja, chegou no Palácio do Planalto.

A CPI dos Bancos chegou ao Banco Central quando descobriu um segredo de Polichinelo: que as famosas contas CC-5 legalizaram a remessa ilegal de capitais para o exterior, ou seja, no Brasil a lavagem de dinheiro sujo e ilegal tem como foador o Banco Central.

Com seus arroubos mediáticos, ACM desviou a atenção do país para o fato de que as CPIs pararam e não fazem mais nada e estão sendo fritadas no banho maria e procura credenciar-se como tutor e sombra da República, colocando-se acima da Lei e a da Constituição e do Poder

Judiciário, como no tempo do Poder Moderador do Imperador. No vácuo da falta de autoridade do presidente Fernando Henrique, ACM credencia-se para ocupar o centro do poder e preparar sua eventual candidatura em 2.002.

Por fim, fatos que são fatos: as pesquisas sobre a impopularidade do Presidente e a preferência dos eleitores por Lula, com Ciro Gomes em segundo lugar, e em São Paulo, com Marta Suplicy disparada em primeiro lugar, além da pesquisa realizada pelo PMDB que mostra o PT como o partido de melhor imagem no país, inclusive como oposição a FHC.

Para terminar, o filme de sempre. Geraldo Brindeiro foi reconduzido pela terceira vez por FHC à Procuradoria-Geral da República, apesar de denunciado por improbidade administrativa pelos próprios procuradores; aumenta o desemprego, as tarifas públicas e os combustíveis e o governo começa a privatizar a Petrobrás.

José Dirceu é deputado federal e Presidente Nacional do PT

MEMÓRIA

Eu quis fazer uma canção para você viver mais....

Para viver mais... Otaviano de Carvalho.

Para viver mais... Beth Lima.

Partiram. Um trágico acidente de carro, ocorrido no último dia 10 de junho, na Rodovia BR 101, na altura de Linhares, no Espírito Santo, tirou a vida desses dois companheiros e deixou gravemente ferido Perly Cipriano, que sofreu queimaduras de 3º grau em 35% do corpo. Ainda internado, Perly luta para se recuperar.

O Fiat Tipo em que viajavam estava parado na rodovia devido a um outro acidente na pista. Um caminhão, que vinha em alta velocidade, atingiu a traseira do carro, que pegou fogo. Luiz Inácio Lula da Silva estava no Espírito Santo realizando uma mini-caravana pelo Estado. O carro em que viajava nada sofreu.

Durante os últimos dias, muito já se falou sobre a morte desses companheiros. A nossa opção é pela vida e é dela que vamos falar.

Para viver mais... Otaviano. Jornalista, nos deixou aos 43 anos. Membro do Diretório Regional do PT-ES, estava intensamente dedicado às tarefas de reconstrução do Partido no Estado.

Otaviano nasceu em Minas Gerais. Aos 18 anos mudou-se para o Espírito Santo, onde teve destacada atuação sindical e na construção da CUT. Foi fundador da Associação de Moradores Jardim da Penha. Representou o PT na Câmara Municipal de Vitória, sendo vereador por dois mandatos, em 1988 e 1992. Na gestão de Vitor Buaiz, assumiu a Superintendência de Comunicação do Estado.

Em 1996, Otaviano foi candidato a prefeito de Vitória e, no ano seguinte, assumiu o cargo de deputado estadual na Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

Para viver mais... Beth Lima. Muito jovem se foi. Tinha 35 anos, era socióloga e trabalhava, desde o ano passado, como assessora de imprensa do Lula.

Sua trajetória de vida está intimamente ligada ao PT. Ainda adolescente, começou a atuar em Santos, sua cidade natal. Junto com a atual deputada federal Telma de Souza (PT-SP), naquela época vereadora, trabalhou na Câmara Municipal Santista. Daí, não mais parou. Foi assessora na Assembléia Legislativa de São Paulo e na Prefeitura de Santos. Sempre ao lado de Telma, trabalhou ainda em Brasília, na Câmara dos Deputados.

Para viver mais... é importante seguir a caminhada, o exemplo dessas jovens sonhadoras. Continuar na árdua tarefa de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Para viver mais... é preciso ter solidariedade, companheirismo, determinação, alegria e a ternura de Otaviano e Beth. Essas foram as principais características ressaltadas por todos aqueles que tiveram o privilégio de conhecer e conviver com eles.

Para viver mais... Estamos torcendo pela recuperação do companheiro Perly Cipriano, membro do Diretório Nacional do PT e ex-secretário de Direitos Humanos do Espírito Santo, no governo Vitor Buaiz. Acreditamos que irá superar mais esse desafio, como tantos outros que superou.

PT faz homenagem aos companheiros

No último dia 17 de junho, o Diretório Nacional do PT prestou uma homenagem a Otaviano e Beth, na sede do Partido, em São Paulo. O ato de celebração em memória aos companheiros, conduzido pelo Frei João Xerri, contou com a participação dos amigos, da família e da militância do PT.

Muitas foram as declarações. Cada um, a seu modo, tinha uma história para contar. E, em cada palavra, todos foram conhe-

cendo um pouco mais sobre a personalidade e capacidade de luta dos dois.

Às mensagens expressas durante a celebração, somam-se vários telegramas, telefonemas, e-mails enviados por governadores, prefeitos, vereadores, deputados, secretários de governo, sindicatos, militantes e diretórios do PT e de outros partidos. Apoio, solidariedade e também desejo de um rápido restabelecimento do companheiro Perly.

Foto: Parizotti

MOBILIZAÇÃO

Fórum Nacional de Luta

PTNotícias - Como surgiu a idéia de criar o Fórum?

O sonho de articular entidades importantes, representativas, do campo democrático e popular é muito antigo. Felizmente em 1996, começamos a estabelecer contatos entre partidos, sindicatos, ONGs, entidades estudantis, de mulheres, negros e populares para pensar alternativas coletivamente para a crise brasileira.

PTNotícias - Mas a consolidação só aconteceu no ano seguinte...

Isso mesmo. Em abril de 1997 organizamos a Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, em Brasília, onde se reuniram mais de 100 entidades. Já, nesta Conferência, deliberamos por reforçar a ação dos sem-terra, ou seja, a luta pela reforma agrária. E, na Marcha dos Sem-Terra, em 17 de abril, o Fórum conseguiu somar esforços para o sucesso daquele evento.

Decidimos, ainda, realizar um evento de massas em dezembro daquele mesmo ano, no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo: um Encontro Popular Contra o Neoliberalismo. Lá, reuniram-se mais de mil entidades e quase cinco mil pessoas. Neste momento, podemos dizer que, de fato, a idéia do Fórum foi assumida por entidades do Brasil inteiro e das mais diversas matizes. Aprovamos um manifesto unitário de encaminhamento das lutas e reforçamos a idéia de que o Fórum não deveria ser só pontual e tático, mas estratégico.

Neste Encontro definimos também como eixo de luta para o ano de 1998 o emprego, e que deveríamos promover uma atividade de massas para exigir mais e melhores empregos e renda.

PT Notícias - Outra atividade realizada pelo Fórum foi a manifestação em Brasília. Qual a sua avaliação sobre esse ato?

Em 20 de maio de 1998, organizamos em Brasília uma grandiosa manifestação com mais de 20 mil pessoas, precedida de um acampamento de uma semana, que reuniu mais de 1.500 pessoas debatendo problemas como desemprego, educação, moradia, terra, dentre outras questões. O importante desse processo foi o diálogo que conseguimos estabelecer com a sociedade, evidenciando um pouco mais a responsabilidade de Fernando Henrique pela exclusão social da maioria da população. Podemos dizer que nesse ato foi

sacramentado o Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania e, mais recentemente, incorporamos o nome Soberania, em função dos últimos acontecimentos de entrega do Brasil, de subserviência absoluta do governo Fernando Henrique ao FMI, com a dilapidação do patrimônio público, enfim, com a transferência de renda dos trabalhadores e dinheiro público para a iniciativa privada, por meio das privatizações, da mudança de moeda - haja vista o desvio de verba para o Banco Marka e FonteCindam, dos cortes do orçamento nas áreas sociais. Enfim, por meio do privilégio dos setores financeiros em detrimento do atendimento às necessidades sociais básicas do povo brasileiro.

PT Notícias - Como é possível congregiar entidades tão distintas, com um leque amplo de análises da conjuntura atual?

A avaliação que temos das atividades propostas e realizadas pelo Fórum é extremamente positiva e o que nos unifica é a luta por um Brasil melhor. A luta contra o neoliberalismo.

As últimas tarefas que assumimos foi o Dia Nacional de Luta, em 26 de abril de 1999, e o último 1º de Maio - Dia do Trabalhador. A cada ação que o Fórum se propõe, ele assume contornos mais amplos e nos dá a certeza de que veio para ficar. O que move o Fórum é a articulação das grandes lutas para enfrentar o governo com ações concretas, de massa, e pensar alternativas para o país.

A cidadania para nós é imprescindível. Para tanto, acreditamos que hoje a bandeira fundamental para conquistá-la é a luta pelo emprego. Isso também é um grande ponto de unidade.

PT Notícias - Diante dos últimos escândalos do governo Fernando Henrique e seu envolvimento no leilão da Telebrás para favorecer um determinado consórcio, que medidas o Fórum pretende adotar?

O Fórum assumiu, por unanimidade, o encaminhamento do recolhimento de assinaturas para o abaixo-assinado, que exige o enquadramento de Fernando Henrique em crime de responsabilidade, bem como a instalação da CPI mista da Telebrás. E mais, com todo o vigor, assumimos a construção da Marcha dos 100 mil a Brasília, no próximo dia 26 de agosto.

Todas as entidades do Fórum estão absolutamente convencidas e já estão se articulando nos Estados

e municípios, com muita ênfase, com muita força, na coesão e envolvimento dos mais amplos setores.

PT Notícias - Como o Fórum caracteriza o atual governo FHC? E quais os desdobramentos de sua política imposta ao país?

Na medida em que Fernando Henrique, subserviente aos ditames do FMI, do Consenso de Washington, do projeto neoliberal, e obedecendo a esses pressupostos entrega o país, as empresas nacionais e não avança num projeto de desenvolvimento nacional que distribua renda, que coloque o Brasil em igualdade de condições de competição com os outros países nesse mercado global, nós acreditamos que, mais do nunca, temos que mobilizar a população, dialogar com a sociedade, principalmente nas periferias do Brasil inteiro, mostrando quem é o responsável por essa crise que desemprega, exclui e aumenta a dívida externa - e achamos que o abaixo-assinado e a Marcha a Brasília são instrumentos fundamentais nesse processo.

Precisamos mostrar para a população, e esse é um momento privilegiado, que o presidente da República não tem mais credibilidade e moral para dirigir esse país e não aceitamos uma saída pela direita. E parece que a sociedade está percebendo isso, pois neste momento as pesquisas indicam que 44% da população brasileira acha o governo Fernando Henrique ruim/péssimo. Ao mesmo tempo que considera a candidatura Lula uma alternativa democrática e popular.

Mais do que nunca, acreditamos que a nossa responsabilidade é organizar a insatisfação da população e canalizar sua indignação para exigir de fato um governo democrático e popular, que atenda às necessidades da população e construa políticas sociais para a maioria da sociedade. A nossa responsabilidade é mostrar a verdadeira face deste governo, a face perversa do governo de Fernando Henrique. É um momento rico e importante de mobilização e, mais do que isso, de discussão de um projeto alternativo de sociedade.

Esse modelo de desenvolvimento que o governo nos impõe, goela abaixo, nós não aceitamos. Temos que mostrar que com Fernando Henrique não temos saída. Por isso assumimos como eixo de atuação o basta ao desemprego, à exclusão social, ao analfabetismo, ao desrespeito à saúde - Basta de FHC!

Entrevista com Sandra Cabral é Secretária de Comunicação da CUT e integra a Coordenação do Fórum

O Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania é composto por importantes entidades nacionais representativas, dentre elas a CUT, Central de Movimentos Populares, MST, ABONG e CNBB-pastorais sociais, UNE, UBES, Conam e partidos políticos como o PT, PC doB, PSTU, PDT, PSB, PCB e PMN, que além de articular mobilizações conjuntas, buscam elaborar políticas de desenvolvimento alternativas ao neoliberalismo imposto pelo governo FHC. O Fórum, desde a sua consolidação em 1997, tem promovido de maneira unitária manifestações nacionais em defesa da cidadania, contra o desemprego e a exclusão social. Recentemente, assumiu, por unanimidade, o encaminhamento do recolhimento de assinaturas para o abaixo-assinado que exige o enquadramento de Fernando Henrique em crime de responsabilidade e a instalação da CPI mista da Telebrás, e a organização prioritária da Marcha dos 100 mil a Brasília.

PTnotícias
Journal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Rosana Ramos
MTB 19131

REDAÇÃO
Rosana Ramos, Fernanda Estima MTB 25.075

ADMINISTRAÇÃO
Ricardo Bimbo e Sonia M. N. Pedroso

DIAGRAMAÇÃO
Jorge Mariano e Alexandre Machado

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

SEDE
Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP
CEP 01019-000
Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349
e-mail: ptnot@pt.org.br
Home page: www.pt.org.br
Tiragem: 12.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Artpress

CONGRESSO

Reforma do Judiciário e a democracia

A reforma do Poder Judiciário é uma das mais antigas e frequentes reivindicações da sociedade brasileira. Tendo passado quase incólume pela Constituinte, a estrutura do Judiciário brasileiro consagra um sistema anacrônico e problemático, incapaz de responder às demandas e litígios produzidos na sociedade.

A crise desse sistema salta aos olhos e pode ser pontuada nos seguintes aspectos: a) legislação processual antiquada, formalista e pouco pragmática; b) explosão de demandas decorrente da redemocratização do país, diminuindo a capacidade de resposta do Poder Judiciário; c) surgimento de novos atores



Foto: Parizotti
às soluções contidas no substitutivo do relator, deputado Aloysio Nunes Ferreira.

sociais que vêm o acesso à Justiça com uma perspectiva politizada, buscando no Judiciário a solução de suas demandas; d) falência do sistema correicional vigente, abrindo espaços para a ineficiência, o corporativismo, o nepotismo e, em alguns casos, para a corrupção; e) estrutura antidemocrática, pouco transparente e avessa à participação da sociedade civil e ao controle social.

Desde a Constituinte o PT tem assumido a vanguarda desse debate, produzindo uma crítica substantiva e propostas alternativas conseqüentes. A atual reforma, aliás, tem por base Emendas Constitucionais apresentadas pelos deputados petistas José Genoíno e Hélio Bicudo. Durante sua tramitação o partido atualizou suas propostas incorporando sugestões e traduzindo o resultado de um amplo debate democrático na forma de um substitutivo global. É com base nessas propostas, que enfrentamos o debate e manifestamos nossas críticas

O Relator apresenta de forma competente, articulada e sistêmica, reconheça-se, um conceito de Poder Judiciário que, salvo em questões laterais, conflita diretamente com nossas concepções. Desenhando um Sistema Judiciário fortemente hierarquizado, cujos poderes estão concentrados no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o Relator promove a adequação do Judiciário às novas configurações do Estado, introduzidas pelas reformas neoliberais.

Creio que para a

O diálogo entre democracia representativa e participação popular é o alicerce do controle social

compreensão do Substitutivo do relator é importante saber que o objetivo estratégico é a "criação de um sistema jurídico e judicial adequado à nova economia mundial de raiz neoliberal, um quadro legal e judicial que favoreça o comércio, o investimento e o

sistema financeiro. Não se trata, pois, de fortalecer a democracia, mas sim de fortalecer o mercado." (Boaventura de Souza Santos. Os Tribunais e a Globalização. Jornal "O Estado de São Paulo", 9.11.96, pg. A2).

Tendo por eixo político a universalização do acesso à Justiça, a democratização do Judiciário e a independência dos juizes, é que nos aparelhamos para o enfrentamento de três questões que têm concentrado a atenção da opinião pública brasileira: a criação da súmula vinculante e dos incidentes de constitucionalidade e de interpretação; a extinção da Justiça do Trabalho; e o controle externo do judiciário.

O relator está propondo a instituição, no âmbito do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, da súmula com efeito vinculante, que será adotada por decisão de dois terços do Tribunal, após reiteradas decisões sobre determinada matéria. Ela poderá ser proferida em quaisquer matérias e terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, sendo que o Tribunal poderá revê-la ou cancelá-la. Nós também queremos fortalecer a jurisdição extraordinária, reduzindo a repetição de feitos e o número de recursos, mas não aceitamos sacrificar a liberdade de julgamento dos juizes de 1º grau. Como

alternativa apresentamos a súmula impeditiva de recursos, que não constringe os magistrados.

Quanto à proposta do relator de extinguir a Justiça do Trabalho, incorporando-a de forma simplista à Justiça Federal, é nosso entendimento que o judiciário trabalhista deve sofrer uma verdadeira revolução na sua estrutura e no seu funcionamento, mas repelimos a extinção pura e simples porque sabemos do risco da desregulamentação, que na prática quer extinguir o Direito do Trabalho. Assim propomos a extinção dos juizes classistas, o fim do poder normativo e a extinção do TST, mantendo-se os Juizes do Trabalho e os TRT's.

Quanto ao controle externo, o relator está propondo a criação de um Conselho Nacional de Justiça, que na realidade é um controle "interno", uma super-corregedoria cuja composição privilegia os integrantes dos Tribunais Superiores, sendo que a participação da sociedade civil e dos juizes de 1º grau foi completamente negligenciada. No que concerne à Justiça Estadual, o Substitutivo é completamente omissivo em relação à criação de Conselhos Estaduais de Justiça. Além disso, o relator ignorou as atividades de planejamento e avaliação do Poder Judiciário contidas na proposta da Bancada, bem como o poder de fiscalização

das atividades notariais e registras. Trata-se, na verdade, de uma proposta que concentra poder nas cúpulas dos Tribunais, deixando de lado qualquer sinal de controle social.

Nossa proposta de controle, ao contrário, contempla a participação da sociedade civil, por intermédio de representantes escolhidos pelo Congresso Nacional e de eleições diretas, com a participação de cada uma das categorias, juizes, membros do Ministério Público e advogados. Na nossa concepção democrática de Estado, em que o diálogo entre democracia representativa e participação popular é o alicerce do controle social, todos os poderes se submetem no seu governo, ao princípio da soberania popular.

Como se pode ver, o debate que se trava é estratégico. Dele nascerá um novo Judiciário. Lutar para que ele seja soberano, independente e democrático e que esteja a serviço da democracia é a nossa tarefa e a bússola que nos orientará durante as negociações que deverão ser iniciadas no segundo semestre.

Marcelo Déda é deputado federal PT/SE e membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados

PROPINA

O combate à corrupção municipal e a CPI da máfia da propina

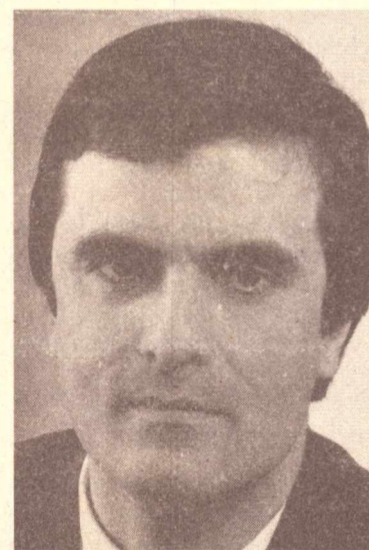


Foto: Glória Riegel

Desde a instalação da CPI da Máfia dos Fiscais, o vereador José Eduardo Cardozo alertava sobre o funcionamento do "modus operandi" do crime organizado que, entre outras táticas, tenta desmoralizar qualquer investigação e os investigadores.

Apesar de contar com forte apoio da opinião pública e de praticamente todos os meios de comunicação, os vereadores das oposições em São Paulo, em minoria, não conseguiram derrubar o esquema montado pelos representantes do situacionismo, articulados no sistema comandado pela dupla Pitta-Maluf, e levar adiante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia da Propina na administração pública paulistana. Todos os esforços foram feitos, inclusive na esfera judicial, em que ainda corre um mandado de segurança, mas não se conseguiu vencer o espírito de corpo da Câmara Municipal, em que se montou uma barreira integrada também por três vereadores já denunciados e outros edis com fortes indícios de responsabilidade por esquemas de corrupção em Administrações Regionais sob seu controle. Na verdade, a Câmara perdeu uma oportunidade ímpar de iniciar um processo sério de recuperação de sua imagem, fraudando as esperanças da população que clama pela extinção total dos esquemas corruptos e passa agora

depositá-las quase que somente no Ministério Público e nas autoridades policiais.

É preciso, todavia, ressaltar que malgrado o curto prazo disponível, na esfera restrita da CPI, os resultados não são de todo decepcionantes. Três vereadores e um ex-vereador e atual deputado foram denunciados e tiveram pedidas as cassações de seus mandatos, agora pendentes de decisões dos plenários da Câmara Municipal e Assembléia Legislativa. Além disso – e este é, acredito, um saldo altamente positivo – a CPI ensinou no espírito da população paulistana – ouso dizer da população de grande parte do país – o surgimento da consciência de que é

É essencial e perfeitamente factível adotar mecanismos eficazes para extirpar as máfias, os esquemas organizados de corrupção

preciso que as coisas mudem e de que a transformação da sociedade brasileira passa necessariamente pelo combate sem tréguas à corrupção e pela defesa intransigente da ética na política e da moralização administrativa. Princípios consagrados desde sempre no ideário petista e pelos quais tenho procurado pautar minha atividade parlamentar, inclusive à frente da CPI da Máfia da Propina.

Talvez ainda esteja distante o dia em que se poderá acabar de vez com a corrupção miúda, eventual, individual, que possivelmente só uma transformação total do ser humano poderá ensejar. Mas, é essencial e perfeitamente factível adotar mecanismos eficazes para extirpar as máfias, os esquemas organizados de corrupção, que, para ficar ainda no caso da maior cidade brasileira, causaram ao povo paulistano, só no ano passado, um prejuízo calculado em cerca de 1,2 bilhão de reais, quantia suficiente para, por exemplo, construir nada menos que 80 mil casas populares. Um desses mecanismos anticorrupção, sem ser evidentemente uma panacéia para a extinção final dos

A instalação de subprefeituras deve vir acompanhada da implantação de uma corregedoria independente

sistemas corruptos, é a adoção de uma reforma estrutural da administração municipal, baseada numa política descentralizadora e democrática, retratada na implantação de subprefeituras e de conselhos de representantes, integrados por entidades da sociedade civil. Previstas já na Constituição Federal de 1988 e, no caso paulistano, também, na Lei Orgânica do Município de 1989, aquelas duas medidas, mais eficazes do ponto de vista administrativo, sobretudo nas grandes cidades do país, permitem ainda um controle mais rígido da aplicação do dinheiro público. Além dos conselhos de representantes, dotados naturalmente de

maior capacidade de fiscalização e de maior poder para definir o destino dos recursos públicos, a instalação de subprefeituras deve vir acompanhada da implantação de uma corregedoria independente, sem qualquer vinculação com o Poder Executivo que não pode indicar os fiscais de sua própria atuação.

Enquanto isso, o que se espera é que o verdadeiro clamor contra a corrupção e a favor da ética na política e da moralização administrativa se aprofunde e se intensifique, mostrando resultados concretos já nas eleições do ano que vem, quando a população, agora mais informada sobre o comportamento e posições dos vereadores, sobretudo no caso de São Paulo, poderá escolher representantes de melhor nível e promover, pelo voto democrático, as cassações que eventuais maiores governistas não quiseram, ou não tiveram coragem de fazer.

José Eduardo Cardozo é vereador PT/SP e presidente da CPI da Máfia da Propina

CULTURA

Rompendo com o monólogo das televisões

Dizem que o uso do cachimbo deixa a boca torta... Assim também nós, que vivenciamos a ditadura neste país, fazemos uma ilação imediata com a censura, quando se fala de "controle democrático e social" das TVs. Vivi na pele, durante oito anos de TV Mulher, o que é ser censurada. Uma palavra proibida aqui, outro tema lá... e adeus liberdade de expressão. Por isso, seria impensável de minha parte propor censura para qualquer coisa.

Mas isso não significa que temos que aceitar passivamente a baixa qualidade da programação oferecida pelas emissoras de TV.

O Grupo TVer nasceu desta indignação e se propõe a desenvolver subsídios e uma reflexão mais profunda sobre esta programação e de que forma ela afeta crianças e adolescentes, assim como a formação da cidadania. O grupo é constituído por profissionais de diferentes áreas e tem estimulado o surgimento de outros grupos dessa natureza por todo o país. Já tivemos notícias da formação do Grupo TV Bem, em Belo Horizonte.

Esta é uma reflexão que se faz necessária pois, sendo a TV uma concessão pública, temos que pensar meios de influenciá-la e para isto é importante ter claro que conseqüências ela traz para diferentes segmentos da população. Principalmente se levarmos em conta que somos um país em desenvolvimento, que nossas crianças ficam em média três horas em frente à TV e quatro na escola. Diante desta realidade fica difícil afirmar que a TV não deva exercer também um papel educativo. Neste país onde faltam oportunidades de educação, creches e entidades que acolham as crianças depois da escola, enquanto pai e mãe trabalham fora, a TV cumpre o papel de entreter e formar mentalidades, tanto de crianças quanto de adultos.

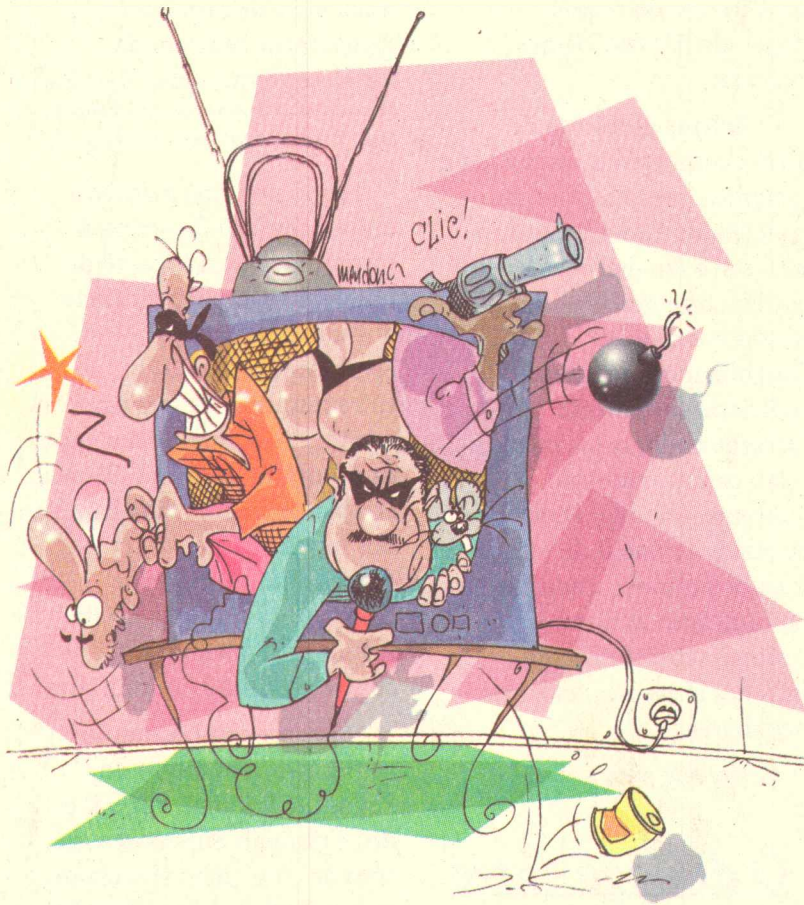
Sendo a TV uma concessão pública e como tal deve ter uma inter-relação com a sociedade e responder a ela. Em outros países isso já ocorre, como é o caso da França, Estados Unidos, Inglaterra, Suécia e outros, onde a liberdade de expressão é total. Nestes países, quase todos com controle de horário de exibição por faixa etária, já existem os mecanismos para expressão democrática da cidadania frente às TVs e sua programação. São conselhos consultivos, ombudsman, conselhos de ética... Nada com poder de censura, mas com a possibilidade da população influenciar a programação, expressando a sua opinião e sua indignação frente ao que considerar inadequado para determinados horários.

No Brasil as TVs não prestam contas a ninguém, não

A TV cumpre um papel de entreter e formar mentalidades de crianças e adultos

obedecem o código de restrição de horário estabelecido pelo Ministério da Justiça em 1990, e só se importam com o Ibope.

É bom ressaltar que há também programas que merecem nosso aplauso. E que, com certeza, têm boa acolhida do público. O Ratibum, o Programa Legal da Regina Casé, os programas de entrevistas como o do Jô Soares, Marília Gabriela, Bóris Casoy, Juca Kfoury, Silvia Poppovic, Globo Repórter, Barraco da MTV, a última propaganda do Mac Donald's, só para lembrar alguns. Muitas novelas colocam questões importantes para a sociedade tais como o preconceito racial, a homossexualidade, o tabu da virgindade, o movimento sem



terra, e são enorme fonte de informação e eventualmente potencial de reflexão para telespectadores que não haviam pensado sobre tais temas.

A TV é um instrumento preciosíssimo de aquisição de conhecimento e ampliação de horizontes. Ao mesmo tempo ela também tem a esperteza de fugar o espectador pela lado perverso de todos nós. O ser humano tem aspectos que são voyeuristas, exibicionistas, sado-maso-quistas... e é através desta fascinação pelo perverso que a televisão foga o espectador. Nada contra. Mas fazer uma programação de tarde dominical em cima da perversidade é que me parece problemático. Foi o que aconteceu no Faustão com o sushi erótico e com o Gugu fantasiado de mendigo (só para lembrar alguns exemplos que caracterizam isso).

Respeitar os direitos humanos, não estimular preconceitos e estereótipos na rotina da TV pode ser feito com arte, beleza, criatividade e garantia de Ibope. A TV é a principal forma de diversão da

população. Principalmente nos domingos, para a população de baixa renda, que não tem outra forma de lazer, para os idosos, para as crianças. É justo que se pense num entretenimento de melhor qualidade, numa possibilidade de escolha de programação que não estimule a violência, o desrespeito à mulher, a erotização precoce das crianças.

Não queremos censura, nem moralismo e patrulhamento ideológico. Brigamos muito para conseguir que temas tabus pudessem ser tratados nos meios de comunicação. Não será agora que apoiaremos qualquer retrocesso. Mas é preciso quebrar o monólogo que se estabeleceu entre emissoras de TV e telespectadores/as.

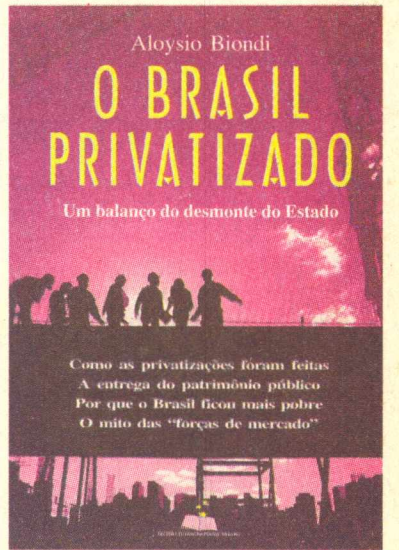
O medo da censura não pode ser uma porta aberta para o não exercício da cidadania e impedimento de um diálogo produtivo entre sociedade e emissoras de TV.

Marta Suplicy
Ex-deputada federal PT/SP
Presidente do Grupo Tver

NOTAS

Biondi revela as maracutaias da privatização

O Brasil Privatizado - Um balanço do desmonte do Estado, livro do jornalista Aloysio Biondi, apresenta numa linguagem direta e precisa sobre o prejuízo causado aos cofres públicos pelo processo de privatização das empresas estatais, que beneficia escandalosamente os compradores. Na ponta do lápis, as privatizações geraram, até dezembro de 1998, R\$ 85,2 bilhões de receitas, mas consumiram recursos públicos no montante de pelo menos R\$ 87,6 bilhões. Ou seja, ao contrário de gerar recursos para os governos estaduais e federal investirem em áreas sociais para diminuir as dívidas externa e interna, o processo de privatização aumentou estas dívidas. Segundo Biondi, o governo FHC "o governo financia a compra no leilão, vende 'moedas podres' a longo prazo e ainda financia os investimentos que os 'compradores' precisam fazer. E, para aumentar os lucros dos futuros 'compradores', o governo engole dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização. Assim, quem não quer?". O jornalista mostra também como se construiu uma mentalidade



favorável ao mito das privatizações e como se fez a entrega quase gratuita de um patrimônio construído em décadas de esforços e investimentos de toda a nação. Para Biondi, o balanço das privatizações é negativo, pois além de custos sociais ele teve também resultados muito questionáveis nas áreas econômicas críticas: déficit do setor público, balança comercial, atração de capitais externos, entre outros. Biondi não descarta a privatização, mas defende um processo democrático para a compra das estatais, como foi feito, segundo ele, na Inglaterra.

O Brasil privatizado - Um balanço do desmonte do Estado (Editora Fundação Perseu Abramo, 48 págs., R\$ 5,00)

Contag bloqueia estradas e denuncia FHC

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) realizou, no último dia 18 de junho, o Dia Nacional de Trancamento de Rodovias. A atividade aconteceu em 12 Estados simultaneamente, mobilizou cerca de 30 mil agricultores e teve como objetivo levar aos trabalhadores urbanos as dificuldades dos trabalhadores do campo e protestar contra a política neoliberal de FHC nas questões da reforma agrária e agricultura familiar. Segundo o presidente da Contag, Manoel José dos Santos, a atividade foi positiva e contou com a compreensão e apoio dos motoristas, "apesar dos engarrafamentos", relatou. Para ele, estes atos fazem com que "mais pessoas reflitam sobre a situação do país, se envolvam e questionem a maneira como o Brasil está sendo administrado".



Seminário do PT discute transgênicos e biodiversidade

As bancadas do PT na Câmara e Senado promovem, nos dias 24 e 25 de junho, em Brasília, o Seminário Internacional sobre Biodiversidade e Transgênicos (alimentos modificados geneticamente). Junto com várias entidades, o PT contesta o processo atual, conduzido pelo governo FHC, de liberação de produtos agrícolas transgênicos no Brasil. De acordo com os organizadores, o governo tem sido indiferente aos alertas de cientistas sobre as condições técnicas atuais de riscos iminentes desses produtos para a saúde humana e o meio ambiente. Além de se manter alheio aos desdobramentos éticos, políticos e econômicos do controle monopolístico externo dessas tecnologias. Em decorrência da data do fechamento desta edição do PT Notícias ter sido anterior ao evento, daremos mais informações sobre o Seminário no próximo número.

Foro de São Paulo realiza seminário e elege delegação

Nos dias 17 e 18 de junho ocorreu, em Porto Alegre (RS), seminário regional do Cone Sul do Foro de São Paulo. Estiveram presentes representantes de partidos do Brasil (PT, PCdoB, PSB, PPS e PCB), da Frente País Solidário da Argentina - Frepaso (Partido Socialista Democrático, Frente Grande, Partido del Trabajo e del Pueblo, Partido Intransigente e Partido Comunista) e Uruguai (Frente Ampla).

O Seminário discutiu a conjuntura política da região (inclusive com aprovação de carta aos presidentes dos países do Mercosul) e a natureza do Foro. Também foram aprovadas moções sobre os bombardeios da Otan e o processo de negociação de paz na Colômbia.

Os partidos do Cone Sul escolheram os delegados para o Seminário de Perspectivas do Foro de São Paulo, que está marcado para ocorrer nos dias 17 e 18 de julho, em Manágua. Além do PT e Frente Ampla, que já são delegados por serem integrantes do Grupo de Trabalho, estarão na Nicarágua representando o Cone Sul o PCdoB e o Partido Socialista Democrático, da Argentina.

São Paulo: tempos de crise e esperança

Entre os dias 25 e 27 de junho, acontece a I Conferência Municipal da capital paulista. Com a atividade, o Diretório Municipal pretende fazer um diagnóstico da cidade de São Paulo. No dia 26 estão previstos debates em grupo temáticos como reforma urbana; populações negras e a cidade; as mulheres e a cidade; desigualdade e exclusão social, dentre outros.

28 de junho Dia do Orgulho Gay e Lésbico

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

- Cobrança bancária
- Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
- Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
(envie xerox do comprovante)

Nome _____
Endereço _____
Profissão _____ Tel _____
CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masculino Feminino
Filiado ao PT: Sim Não

Representação por crime de responsabilidade do presidente da República

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

Os cidadãos brasileiros abaixo-assinados denunciam, com base na Constituição Federal e no art. 14 da Lei nº 1.079/50, o Presidente da República Sr. Fernando Henrique Cardoso por crime de responsabilidade caracterizado pela prática de atos atentatórios à probidade administrativa relacionados à condução do processo de privatização da Telebrás e ao favorecimento de instituições financeiras privadas.

Exigimos e apoiamos a instalação da CPI destinada a investigar o processo de privatização da Telebrás.

Junho de 1999

Nome	RG	Assinatura

Abaixo-assinado pelo resgate da cidadania

A coleta de assinaturas para o enquadramento do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por crime de responsabilidade e a instalação da CPI da Telebrás é um ato de cidadania. Recorte o formulário do abaixo-assinado, recolha as assinaturas e envie para:

Diretório Nacional do PT
Rua Silveira Martins, 132
CEP 01019-000
São Paulo/SP

Mais informações também podem ser obtidas no Diretório Regional do seu Estado, ou ainda nos Diretórios Municipais e Zonais do PT.